

A contradição como motor do progresso: a civilização ecológica como etapa rumo à sociedade socialista moderna

Rui Miguel da Cunha Campos¹

Resumo: O conceito de Civilização Ecológica foi recentemente inscrito na Constituição do Estado Chinês – sinal da sua importância – mas de que se trata este conceito? E a qual a sua importância, à luz da dialética e do materialismo histórico, para o projeto de desenvolvimento nacional da China? Fazendo uma análise qualitativa de fontes primárias e secundárias, procuraremos traçar um quadro teórico e histórico, demonstrando como através das contradições, o Estado chinês tem avançando nos seus objetivos. Analisando a literatura existente, pode-se constatar a diversidade do estudo e da interpretação deste conceito. Vemos também que a compreensão da Civilização Ecológica deverá ser feita tendo por base o estudo das condições materiais existentes na China e que a resposta ao problema do desenvolvimento ocupa a centralidade da questão. Concluímos que a Civilização Ecológica – parte integrante do Socialismo com Características Chinesas – nasce em resposta às contradições que modelo de desenvolvimento pós 1979 criou e que o seu aparecimento corresponde à necessidade de encontrar um novo modelo de desenvolvimento que coloque o foco na questão qualitativa.

Palavras-chave: Socialismo. Civilização Ecológica. Desenvolvimento. Marxismo.

Contradiction as the engine of progress: ecological civilization as a step towards the modern socialist society

Abstract: The concept of Ecological Civilization was recently inscribed in the Chinese State Constitution – a sign of its importance – but what is this concept about? And what is its importance, in the light of dialectics and historical materialism, for

¹ Mestre em Estudos Internacionais. Doutorando em Ciência Política, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Lisboa, Portugal. E-mail: ruicampos15@hotmail.com.

Submetido em: 03/02/2021 - **Aceito em:** 07/04/2021.

China's national development project? Making a qualitative analysis of primary and secondary sources, we will try to draw a theoretical and historical framework, demonstrating how, through the contradictions, the Chinese State has been advancing in its objectives. Analyzing the existing literature, one can see the diversity of the study and the interpretation of this concept. We also see that the understanding of Ecological Civilization must be made based on the study of the material conditions existing in China and that the answer to the problem of development occupies the centrality of the question. We conclude that Ecological Civilization – an integral part of Socialism with Chinese Characteristics – is born in response to the contradictions that the post-1979 development model created and that its appearance corresponds to the need to find a new development model that puts the focus on the qualitative question.

Keywords: Socialism. Ecological Civilization. Development. Marxism.

La contradicción como motor del progreso: la civilización ecológica como paso hacia la sociedad socialista moderna

Resumen: El concepto de Civilización Ecológica se inscribió recientemente en la Constitución del Estado chino, un signo de su importancia, pero ¿de qué se trata este concepto? ¿Y cuál es su importancia, a la luz de la dialéctica y el materialismo histórico, para el proyecto de desarrollo nacional de China? Haciendo un análisis cualitativo de fuentes primarias y secundarias, intentaremos trazar un marco teórico e histórico, demostrando cómo a través de las contradicciones, el Estado chino ha ido avanzando en sus objetivos. Analizando la literatura existente, se puede ver la diversidad del estudio y la interpretación de este concepto. También vemos que la comprensión de la Civilización Ecológica debe hacerse a partir del estudio de las condiciones materiales existentes en China y que la respuesta al problema del desarrollo ocupa la centralidad de la pregunta. Concluimos que la Civilización Ecológica – parte integral del Socialismo con Características Chinas – nace como respuesta a las contradicciones que generó el modelo de desarrollo posterior a 1979 y que su aparición corresponde a la necesidad de encontrar un nuevo modelo de desarrollo que ponga el foco en el pregunta cualitativa.

Palabras clave: Socialismo. Civilización Ecológica. Desarrollo. Marxismo.

Revisão de literatura

O conceito de Civilização Ecológica foi primeiro referido por cientistas soviéticos, em 1984, e mais tarde em 1987, por Ye Qianji. Foi, contudo, a partir de 2006 que o conceito ganhou uma outra dimensão (GARE, 2009). Como iremos verificar adiante, a Civilização Ecológica nasce num contexto histórico particular, marcado por contradições internas – desigualdade sociais, poluição, conflitos étnicos – e por desafios externos. Hu Jintao reconheceu que graves desequilíbrios assolavam a sociedade chinesa e como tal havia que promover um modelo de sociedade mais harmonioso. A consequência ideológica foi o aparecimento tanto do Olhar Científico sobre o Desenvolvimento, como do conceito de Sociedade Socialista Harmoniosa.

Como conceito integrante da ideologia oficial – Socialismo com Características Chinesas – do Partido Comunista Chinês (PCCh) e consequentemente do Estado chinês gostaríamos de contextualizar teoricamente este conceito de desenvolvimento sustentável. O Socialismo com Características Chinesas é um termo que serve para designar o pensamento, ou o conjunto de pensamentos, que guiam o PCCh e o Estado chinês. Cada geração de líderes deixa, sob a forma de elaborações teóricas, o seu legado. Foi assim com Mao Tsé-Tung e tem sido assim até aos dias recentes. Historicamente, o termo ganhou notoriedade durante a liderança de Deng Xiaoping, mas foi Mao Tsé-Tung um dos primeiros a referir a ideia, ou pelo menos o esboço da mesma, num dos seus livros mais famosos – “Sobre a Nova Democracia”² – onde dá a entender que a revolução chinesa deveria cumprir o papel que a burguesia nunca cumpriu, nomeadamente o de romper com o feudalismo e de modernizar a economia.

Posteriormente, o PCCh já sob a liderança de Deng Xiaoping, reconheceu que a China ainda se encontrava francamente atrasada em termos de desenvolvimento e que tal como no comunismo

² Uma das obras mais famosas de Mao Tsé-Tung onde o autor fala sobre como será a democracia chinesa.

existem etapas, no socialismo também poderiam existir.³ Wilson (1989), por exemplo, faz uma análise sob o surgimento do conceito na época e o significado que o mesmo teria para o socialismo não só na China, mas também no mundo. O Socialismo com Características Chinesas atualmente como nos mostra Xin (2020) procura responder a um conjunto de questões nomeadamente o do desenvolvimento. É neste contexto teórico que deverá ser entendido o conceito e a estratégia da Civilização Ecológica. Dito isto, qual a relação entre Marxismo, Socialismo com Características Chinesas e Civilização Ecológica? Encontramos na seguinte citação um bom ponto de partida para responder a uma questão que mereceria uma atenção própria:

Uma formação social complexa é aquela que se comporta de forma ativa diante da conjuntura econômica internacional e se vê diante de diferentes formas de produção interna que transitam de acordo com o contato entre as leis econômicas da própria formação social com as leis econômicas do centro do sistema em seu tempo. A grande indústria pode ser produto do financiamento externo e a pequena produção mercantil pode se transformar em indústria em concordância com os impulsos da superestrutura (JABBOUR, 2010, p. 19).

Acrescenta Jabbour (2010, p. 20) que:

O caráter socialista de uma formação social complexa não reside no tamanho e na extensão da propriedade

³ Sobre esta questão, Deng Xiaoping escreveu um artigo que expõe de forma sucinta esta abordagem do PCCh ao socialismo, onde aborda a problemática da construção socialismo e da modernização. Este texto, entre outros, poderá ajudar a compreender as reformas que introduziram a propriedade privada, a utilização do mercado como ferramenta de alocação de recursos, entre outras medidas de cariz liberal. É também um bom ponto de partida para compreender o Socialismo com Características Chinesas. O mesmo poderá ser consultado aqui: <http://www.china.org.cn/english/features/dengxiaoping/103371.htm>

privada e sim no que é dominante: caráter de classe do poder político, o controle dos meios estratégicos de produção e a detenção dos instrumentos estratégicos do processo de acumulação (câmbio, crédito, juros e sistema financeiro), além do monopólio sobre o comércio exterior.

Seria pertinente começar por referir o trabalho de Yue (2006, 2007), considerado uma figura importante na divulgação do conceito e na sua concretização política. Em 2006, o jornalista que mais tarde viria a ser Vice-Ministro para o Ambiente e que atualmente ocupa o cargo de vice-presidência do Academia Central do Socialismo em Pequim, publica um conjunto de artigos que apontam para uma visão romântica e transformadora do conceito. Argumenta, o autor, que é uma necessidade histórica a China não cometer os erros do Ocidente e de encontrar novas formas de desenvolvimento. Aponta, aliás, para um reencontro com o passado – referindo as filosofias do Confucianismo e Taoísmo – não num sentido reacionário, mas sim como uma possibilidade transformadora com vista à harmonização social e desenvolvimento sustentável.

Gare (2012), contrariando a visão de Jabbour (2010), acredita que a China é de momento um Estado capitalista responsável por um aumento brutal das desigualdades e de destruição ambiental. O próprio afirma que a China deverá ser compreendida como uma economia capitalista a atravessar uma fase de acumulação primitiva, com o Estado a servir os interesses da burguesia. Apesar da caracterização oposta a Jabbour (2010), ambos autores acabam por confluir na questão de que a China ainda se encontra numa fase de acumulação e desenvolvimento das forças produtivas, uma visão aliás que nem o próprio PCCh nega. Para Gare (2012), a Civilização Ecológica é uma oportunidade para a China encontrar um modelo de desenvolvimento que rompa com o capitalismo, mas que para tal é necessário que haja uma mobilização popular e a reorientação política do Estado. O artigo faz ainda uma referência à chamada

Nova Esquerda na China, em especial a Wang Hui⁴, tido como um dos representantes deste movimento que nasceu em resposta à expansão da ideologia neoliberal e das práticas capitalistas no país asiático. Seria interessante, por exemplo, entender qual o impacto da Nova Esquerda no seio da política institucional, mas também na contestação social que existe dentro da China.

Magdoff (2012), seguindo uma linha de pensamento semelhante à de Gare (2012), critica o capitalismo e a sua incapacidade de oferecer condições materiais que permitem o desenvolvimento já que este sistema promove o individualismo, a desigualdade e a guerra. Para o autor, o conceito de Civilização Ecológica equivale a socialismo, isto é, a economia sob o controle popular que deverá servir as populações e manter a proteção ambiental. Apesar de ambos autores oferecerem uma análise detalhada dos problemas que assolam a China e de ser pertinente a chamada de atenção para tais questões, a ausência de resposta para a questão central – o desenvolvimento num ambiente interno e externo marcado por contradições – é algo que deve ser considerado em futuras análises.

O Novo Movimento de Reconstrução Rural, defendido por Tiejun et al. (2012), é também um exemplo de construção teórica, que pode ser enquadrado no panorama da Civilização Ecológica e que oferece uma resposta à questão do desenvolvimento, nomeadamente o desenvolvimento rural. Os autores deste movimento criticam a dependência excessiva da China em relação a modelos de desenvolvimento ocidentais. Em alternativa defendem um modelo que combine o desenvolvimento, a proteção ambiental e políticas de baixo-para-cima, bem como a retenção de pensamento indígena na área agrícola. Na mesma linha de pensamento, observamos em Wang et al. (2014) uma crítica ao antropocentrismo e à divinização do crescimento econômico. Argumentam que os problemas associados a esta cegueira devem ser invertidos recorrendo a uma reorientação do sistema político

⁴ Wang Hui é um professor e intelectual com uma vasta obra sobre a China Contemporânea e uma das referências da chamada Nova Esquerda.

e econômico. Sobre esta questão, Yin e Zhang (2018), consideram que a Civilização Ecológica é uma nova etapa e representa uma continuação da aplicação do Marxismo às condições materiais da China. Esta linha de pensamento, contrastante com as anteriores que veem no capitalismo existente na China como uma capitulação, considera que o desenvolvimento econômico, fazendo uso do mercado, da iniciativa privada e de outras leis neoliberais, em nada invalidam a construção socialista. Pelo contrário, auxiliam a mesma através da criação de riqueza e do progresso.

Mette et al. (2018) trazem ao debate a representação institucional do conceito, comparando essa visão oficial com a de outros autores. É particularmente relevante a ideia de que a Civilização Ecológica, oficialmente, é uma noção tecnocrática que visa combinar desenvolvimento tecnológico com políticas ambientais. É considerada a questão do impacto global desta nova política, sendo afirmado que os inícios contraditórios do conceito foram superados e que, atualmente, a China pretende projetar a sua visão para o restante globo. No fundo, o Estado chinês foi capaz de utilizar-se de um conceito vago e de fazer a necessária ponte entre a história milenar da China – através do Confucionismo – e os valores do Socialismo com Características Chinesas dando-lhe vitalidade e projeto de futuro.

Geall e Ely (2018), ao analisarem a narrativa do conceito, consideram que a retirada dos EUA do acordo de Paris criou um vazio em termos de liderança global no combate às alterações climáticas, um vácuo que a China poderá querer preencher.

O debate em torno do conceito é recente, mas parece que se começam a traçar duas “escolas” de análise distintas. A primeira adota uma postura de transformação social e vê a Civilização Ecológica como uma oportunidade de reestruturar a sociedade. Autores como Arran Gare, Fred Magdoff, Phillip Clayton ou Wen Tiejun poderão ser enquadrados nesta linha de pensamento. A outra corrente ideológica, mais ligada às instituições do Estado chinês, enquadra a Civilização Ecológica como uma nova etapa no Socialismo com Características Chinesas. Longe de ser um pensamento disruptivo, a concretização política da ideia deverá,

para os que partilham dessa visão, ser potenciadora da harmonia social e ambiental.

Conceptualização

Não sendo nosso objetivo percorrer todas as correntes do Marxismo, vamos sublinhar algumas ideias-chave sem as quais é impossível compreender não só esta ideologia, como a própria China contemporânea.

Em primeiro lugar, há que referir a conceção materialista da história e sociedade. Assim, para compreender um determinado fenómeno social e respetivas instituições devemos procurar entender a base material, ou seja, a forma, mas não só, como uma sociedade se reproduz. Implica, também, analisar a história a partir das suas contradições e de como o progresso social é motivado pelo choque que em determinada altura se dá entre as forças produtivas e as relações sociais. Isto num esquema básico seria traduzido em: confronto entre proletariado-burguesia e conseqüentemente a revolução social. A China, um país com relações de produção largamente feudais, ainda assistia ao início do desenvolvimento do capitalismo, pelo que a revolução de 1949 adquiriu um carácter duplo: uma revolução de democrática-nacional e ao mesmo tempo socialista.

Para o caso concreto da China e para analisar a sua história contemporânea, devemos, pois, considerar a sua realidade em 1949, quando o poder foi tomado pelos comunistas chineses, bem como o evoluir desse processo, ou como diria Marx (1982), "A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis."

A superação de um modelo não se dá de forma linear nem instantânea. Como a história o comprova, é um processo longo e demorado com recuos e avanços em que traços do velho permeiam o novo e em que as ferramentas velhas ainda auxiliam a construção de uma nova sociedade. No caso chinês, não surpreende que o Estado faça uso do mercado, da lei da mais valia e da banca financeira

como uma ferramenta que auxilia a construção do socialismo. O crescimento qualitativo dependerá sempre da capacidade de um Estado em multiplicar o crescimento quantitativo.

No caminho para o comunismo existem fases, ou seja, o socialismo é a etapa anterior do comunismo. Os comunistas da China, particularmente a partir da liderança de Deng Xiaoping, defendem a tese de que dentro do socialismo também existem fases, e que a China ainda se encontra na fase primária. Uma fase que é sobretudo dedicada à acumulação de riqueza e ao desenvolvimento nacional. Faz-se uso, por exemplo, de mecanismos como o mercado, para alocação de recursos e ainda prevalece a *mais-valia*, se bem que a sua apropriação não é privada, mas sim dirigida para a satisfação de necessidades coletivas (JABBOUR, 2010, p. 75).

O ponto a destacar, relativamente a esta fase, é o poder determinante que o Estado ocupa na economia do país asiático não obstante a existência de iniciativa privada e de relações de produção capitalistas. Trata-se de uma necessidade histórica para a China, pois apenas a criação de riqueza e abundância possibilitarão o aparecimento de formas superiores de organização social.

A seguinte passagem resume o papel do mercado e do capitalismo na construção socialista:

Partindo deste nível de abstração (formação social chinesa, etapa primária do socialismo, impossibilidade de transições imediatas), fica mais claro perceber que, na fase em que a China se encontra, *o velho e o novo* estão em cena e que, assim sendo, uma fase de convivência entre o planejamento, os setores estratégicos da economia e os elementos cruciais do processo de acumulação (sistema financeiro, juros, crédito e câmbio) sob poder do Estado, com outras formas de propriedade (particular, privada, *joint ventures*), é *amplamente necessária*. Necessária para o fortalecimento do Estado socialista e consequente sobrevivência num ambiente internacional marcado por uma correlação de forças ainda favorável, em todos os sentidos, ao imperialismo norte-americano (JABBOUR, 2010, p. 56).

Parece-nos, pois, que o conceito de Socialismo com Características Chinesas é a expressão máxima de um projeto nacional que tem em vista o socialismo. Este projeto de desenvolvimento, que tem sido corrigido ao longo do tempo, destacando o período que marca a chegada ao poder de Deng Xiaoping, prepara-se agora, se não está já, para entrar numa nova fase. Uma fase que corresponde aos desafios internos – desigualdade social, poluição, entre outros – e externos – enfrentamento com o centro (liderado pelos EUA). A Civilização Ecológica é assim o resultado das contradições internas, resultantes do próprio modo de produção capitalista, mas também das contradições externas. Fazendo uso do mercado, da captação de investimento estrangeiro e da grande massa, por via das trocas desiguais entre campo-cidade, a China capacitou-se para enfrentar estes desafios do ponto de vista material.

O Socialismo com Características Chinesas é um termo que serve para designar o pensamento, ou o conjunto de pensamentos, que guiam o PCC e o Estado chinês. Cada geração de líderes deixa, sob a forma de elaborações teóricas, o seu legado. Foi assim com Mao Tsé-Tung e tem sido assim até aos dias recentes. Historicamente, o termo ganhou notoriedade durante a liderança de Deng Xiaoping, mas foi Mao Tsé-Tung um dos primeiros a referir a ideia, ou pelo menos o esboço da mesma, num dos seus livros mais famosos – “Sobre a Nova Democracia” – onde dá a entender que a revolução chinesa deveria cumprir o papel que a burguesia nunca cumpriu, nomeadamente o de romper os traços de feudalismo e de modernizar a economia.

A Civilização Ecológica no contexto da RPC nasce na sequência de um conjunto de iniciativas políticas, nomeadamente o reconhecimento, por parte de Hu Jintao, de que graves desequilíbrios assolavam a sociedade chinesa e como tal havia que promover um modelo de sociedade mais harmonioso. A consequência ideológica foi o aparecimento tanto do Olhar Científico sobre o Desenvolvimento, como do conceito de Sociedade Socialista Harmoniosa. A Civilização Ecológica, como parte integrante do Socialismo com Características Chinesas, é

uma resposta aos desafios internos e externos. Assim define, Xi Jinping, a nova era da Civilização Ecológica:

O início de uma nova era de progresso ecológico e a construção de uma bela China é um elemento importante do Sonho Chinês. A China respeitará e protegerá a natureza e se acomodará às necessidades da natureza. Ele permanecerá comprometido com a política estadual básica de conservação de recursos e proteção do meio ambiente. Irá promover o desenvolvimento verde, circular e de baixo carbono, e promover o progresso ecológico em todos os aspetos de seus esforços para alcançar o progresso econômico, político, cultural e social. A China também desenvolverá um layout geográfico eficiente em termos de recursos e ecologicamente correto, estrutura industrial, modo de produção e modo de vida, e deixará para nossas gerações futuras um ambiente de trabalho e vida de céu azul, campos verdes e água limpa (JINPING, 2013).

O caminho percorrido

Consideramos que é possível distinguir três etapas no processo chinês iniciado em 1949. Se na primeira etapa, entre 1949 e 1976/1978 sensivelmente, encontramos um foco na indústria pesada também motivada por questões de defesa e estratégia geopolítica, com Deng Xiaoping assiste-se a uma abertura da economia não só ao estrangeiro, mas sobretudo às forças do mercado e às suas leis, ditada pela necessidade de modernização. Atualmente, a questão também mudou. Vejamos com mais detalhe.

Trata-se, como diz Jabbour (2010), de encontrar novas e superiores formas de planeamento e organização social para fazer face aos desafios que a era de pós 1978 trouxe, mas que também capacitou o país de enfrentar – a dialética sempre em ação – nomeadamente, as desigualdades sociais e os problemas ambientais (JABBOUR, 2010, p. 73).

Em 1949, a China tinha fracas infraestruturas, atrasos socioeconômicos e uma população com baixo nível de acesso à saúde e educação. Um país com um sistema de estruturas largamente feudais e saído de um longo processo de colonização e humilhação imposta por forças estrangeiras.

Quando Mao, líder histórico da Revolução Chinesa e do Partido Comunista, chegou ao poder, a tarefa central foi desenvolver o país. Uma tarefa de enorme importância não só para sustentar a revolução internamente, mas também para fazer face às ameaças externas que desde cedo acompanharam a República Popular da China.

Assim na primeira liderança da RPC, vemos um aumento notável da produção industrial e um efetivo melhoramento das condições de vida. Os avanços políticos e culturais também são de mencionar, com particular destaque para um melhoramento do sistema educativo e com o rompimento de velhas tradições feudais.

Os processos como o Grande Salto para a Frente ou a própria Revolução Cultural que acabaram por falhar nos seus objetivos e até se mostraram prejudiciais para o próprio processo, desempenharam o seu papel neste caminho de desenvolvimento. Sendo processos diferentes e com enquadramentos próprios, não poderemos analisá-los aqui.

Na ótica de Meisner (1999), a Revolução de 1949, numa primeira fase, veio cumprir as tarefas de uma revolução democrático-burguesa. A unificação político-geográfica, uma reforma agrária e a modernização econômica. A política nos primeiros cinco anos foi bastante moderada (MEISNER, 1999, p. 56). Bramall (2009 p. 113-114), por exemplo, refere que o desenvolvimento durante este período esteve longo de atingir o potencial máximo. Fatores externos como o embargo dos EUA ou a participação na guerra da Coreia ajudam a explicar o facto.

Em 1978, apesar das fragilidades existentes na sociedade chinesa – economia ineficiente, problemas ambientais, desigualdade campo-cidade para nomear algumas – o nível de produção industrial, tendo em conta o contexto histórico, era satisfatório e com um grande potencial. Assim o período fica

marcado por avanços, recuos e insuficiências. Avanços, pois quebraram com dezenas de anos de obscurantismo e dotaram o povo chinês dos recursos necessários para se erguer e construir os pilares que sustentariam o futuro. Recuos, pois nas fases mais radicais acabaram por não só impedir o desenvolvimento das forças produtivas, como também destruíram muito do que se construíra.

O processo pós 1979 é para Jabbour (2010, p. 30) não uma rutura, mas uma retificação do processo. É que na China contemporânea convivem várias formas de propriedade e de fato, o mercado é a ferramenta que determina a alocação de recursos, mas onde o Partido Comunista detém a hegemonia sobre toda a economia seja diretamente ou indiretamente.

Frequentemente apontado como um desvio capitalista, o período *dengista* corresponde a uma nova etapa no processo de construção socialista com características chinesas. Um processo que não está imune de contradições, como a realidade o demonstra.

A liberalização, abertura ao exterior e utilização do mercado como ferramenta de alocação de recursos não correspondeu à privatização da economia nem ao abandono do Estado do seu papel hegemônico na economia. Se o PCCh, sob a liderança de Mao, implementou um Estado Revolucionário que agiu durante um contexto específico, em 1978 a realidade já era outra e as necessárias correções procuraram responder a essa mudança. O Estado Desenvolvimentista de Deng Xiaoping corresponde à necessidade de o país desenvolver as suas forças produtivas, o que exigia o rompimento com o isolamento internacional e a estimulação do desenvolvimento econômico, condição objetiva para a construção socialista.

A década de 1990 na China, sob a liderança de Jiang Zemin, trouxe um aprofundamento das reformas, tanto que autores como Brammal (2009 p. 470) apontaram para o fim do socialismo de mercado e para a consolidação do capitalismo na China. Trata-se de um período marcado pela adesão da China à Organização Mundial do Comércio, com todas as implicações a nível interno e externo.

Avançando até à presidência de Hu Jintao, notamos que o discurso reflete as condições materiais. A desigualdade, consequência natural das leis do mercado a operarem na economia, produziu desequilíbrios na sociedade da República Popular. Somam-se os problemas ambientais, fruto de uma aceleração dos processos de produção e dos seus ritmos.

Não é de admirar que a nova presidência procurasse atenuar estes problemas com um discurso que mais voltado para a promoção da justiça social e proteção ambiental. A isto se chamou o Olhar Científico sobre o Desenvolvimento, que no fundo procurou corrigir certos excessos no campo econômico e social. Não se tratava de colocar em causa o desenvolvimento, nem o crescimento, mas sim os métodos a utilizar. O objetivo seria a construção de uma Sociedade Socialista Harmoniosa, uma tese que aglutina o passado histórico do Confucionismo, bem como o presente e o futuro de Socialismo. O aprofundar desta nova abordagem ao desenvolvimento dá-se com a chegada ao poder da presidência de Xi Jinping.

O que representa, portanto, a Civilização Ecológica na etapa de construção socialista em que a China se encontra, à luz do materialismo histórico? Sobretudo representa o reconhecimento de que para continuar o caminho de desenvolvimento nacional, novas e superiores formas de planejamento e governança são necessárias. É o reconhecimento das contradições inerentes ao desenvolvimento e é um passo importante no sentido de as resolver. Para a China não se trata apenas e só de crescimento econômico, mas sim de desenvolvimento qualitativo. Não se trata de seguir modelos ocidentais, mas de construir novas formas de organização.

Poderíamos até argumentar, com base na velha premissa de que as forças produtivas entram em conflito com as relações de produção, que a China tem conseguido gerir esta contradição fundamental combinando gestão pública hegemônica com a iniciativa privada. O PCCh sabe que apenas mantendo uma política centrada nas pessoas, como próprio Xi Jinping afirma, poderá continuar o desenvolvimento nacional rumo ao socialismo. Isto é, lidar com os problemas concretos e resolvê-los.

É, pois, essa a essência do Socialismo com Características Chinesas, ou seja, a aplicação do Marxismo às condições concretas da China. A Civilização Ecológica é mais uma etapa neste longo processo de desenvolvimento nacional e representa um importante passo para a criação de novas e superiores formas de planejamento e organização social.

Conclusões

No início da revolução chinesa, a batalha era pela produção, pela defesa nacional e pela independência política. O país precisava sobretudo de recuperar a sua independência e de garantir a integridade territorial. A tarefa principal era capacitar o país no plano material.

A continuação do caminho iniciado em 1949, com o Estado Revolucionário, implicou mudanças estruturais em 1978. Havia que libertar as forças de produção e aumentar a capacidade do país em se desenvolver. A lógica era de que não se poderia construir socialismo com pobreza. Devemos lembrar, também, se antes do comunismo existe a fase socialista, no socialismo poderá também haver uma etapa primária. Isto é particularmente válido para países onde revoluções burguesas não ocorreram, como era o caso da China ou de Cuba, para dar exemplos. Nestes países, o Partido Comunista foi chamado a empreender uma revolução democrática e burguesa, mas a diferença fundamental é que o desenvolvimento do capitalismo é feito sob alçada de um forte poder político de características proletárias e comunistas. Assim, o carácter de classe do Estado manteve-se, com todas as contradições, do tipo proletário. Vigorou, assim, o Estado Desenvolvimentista.

A partir de 2003, com Hu Jintao, não poderemos apontar o fim desta necessidade de desenvolvimento, pelo contrário. O que aparece é a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento, sob pena de não haver desenvolvimento nenhum, como bem alertou Jinping (2019), pois para a China se continuar o seu caminho para o socialismo, tem de reinventar o seu modelo de desenvolvimento.

A Civilização Ecológica é mais uma correção ao modelo de desenvolvimento construído a partir de 1978 e que se enquadra nos planos que o PCCh tem para o futuro da China. Não se trata só de crescimento quantitativo, mas sobretudo de crescimento qualitativo. Trata-se de melhorar as condições de vida do povo chinês, de melhorar o meio ambiente, de transformar a economia, de apostar no desenvolvimento tecnológico e científico. Em último caso, como Jabbour (2010) refere, isto significará o aparecimento de novas formas de planejamento e organização social, o que a confirmar-se as tendências recentes, como a nova concentração da economia no Estado, já está a acontecer (JABBOUR; PAULA, 2018).

A Civilização Ecológica enquanto teoria de desenvolvimento sustentável corresponde não só à necessidade de resolver as contradições internas, nomeadamente a desigualdade social e a poluição, para elencar as mais relevantes, como também as contradições externas, em especial a dependência energética face ao exterior ou a dependência da economia face às exportações. É neste contexto que devemos ver a Civilização Ecológica. Como uma etapa necessária para prosseguir o caminho de desenvolvimento traçado em 1949, corrigido em 1978 e novamente alvo de intervenção a partir de 2003.

Existe, como sempre, espaço para interrogações. A diversidade de interpretações deste novo conceito poderá ser interessante de explorar, bem como o alcance que a China poderá ter no combate global às alterações climáticas e destruição dos ecossistemas. Aqui tratou-se, sobretudo, de compreender como o desenvolvimento das forças produtivas e contradições inerentes levaram a China a adotar novos modelos e estratégias para continuar a sua caminhada de desenvolvimento nacional rumo ao socialismo. Outras abordagens poderão aprofundar o estudo na problemática das desigualdades e como a Civilização Ecológica poderá ou não ser uma resposta adequada. Interessante, também, seria entender o papel deste novo conceito/abordagem na relações internacionais que a China estabelece.

Ao contrário de autores como Gare (2012) ou Magdoff (2012), não consideramos a China um estado capitalista, nem sequer um

Estado que capitulou à ordem liberal hegemônica. A existência de relações de produção capitalistas na China não determina a natureza do Estado. A natureza do Estado chinês é determinada pela sua política e sobretudo pela sua influência determinante na economia do país. Não negamos a existência de desigualdades sociais nem de problemas ambientais, aliás estas questões são amplamente discutidas no interior da China, mas análises que se focam exclusivamente nestes problemas, sem a devida contextualização histórica acabam por se perder num idealismo que não é de todo marxista, apesar de tais autores reclamarem para si esse campo ideológico.

O que a Civilização Ecológica representa não é nenhuma revolução conceitual, mas sim o aprofundar do desenvolvimento de acordo com as características chinesas e considerando, também, as particularidades do momento histórico que atravessamos, marcado pela emergência climática, o agudizar das contradições e os reais perigos de confrontação entre Estados e outras forças. Se analisarmos a comunicação oficial sobre a questão, verificamos que o tema central é sempre a harmonização e o desenvolvimento. Para a China, a Civilização Ecológica será o ponto de partida para uma nova etapa da sua história, marcada pelo crescimento qualitativo, a redistribuição da riqueza e a harmonização entre a vida humana e a natureza.

Referências

BRAMALL, C. **Chinese Economic Development**, New York, Routledge, 2009.

GARE, A., **Barbarity, Civilization and Decadence Meeting the Challenge of Creating an Ecological Civilization**, in *Chromatikon: Annales de la philosophie en procès / Yearbook of Philosophy in Process*, v. 5, 2009.

GARE, A. China and the Struggle for Ecological Civilization, **Capitalism Nature Socialism**, v. 23, n. 4, p. 10-26, 2012.

GEALL,S.; ELY, A. Narratives and Pathways towards an Ecological Civilization in Contemporary China, **The China Quarterly**, v. 237, p. 1175-1196, 2018.

JABBOUR, E. M. K. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Acesso em: 12 ago. 2020.

JABBOUR, E. M. K.; PAULA, L. Xi Jinping, a China recentralizada e a nova formação econômico-social. In: JABBOUR, E. M. K, **China Socialismo e Desenvolvimento: Sete décadas depois**. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2019, p. 133-136.

JINPING, Xi. Leave to Our Future Generations Blue Skies, Green Fields and Clean Water, 2013. Disponível em: http://en.qsttheory.cn/2020-12/14/c_607615.htm. Acesso em: 5 abr. 2021

JINPING, Xi. Pushing China's Development of an Ecological Civilization to a New Stage, **Qiushi**, v. 11, n. 2, 2019.

MAGDOFF, F. Harmony and Ecological Civilization: Beyond the Capitalist Alienation of Nature, **Monthly Review**, v. 64, n. 2, 2012.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**, Edições Progresso Lisboa-Moscovo, 1982. Disponível em: Karl Marx: Teses sobre Feuerbach (1845) (marxists.org) Acesso em: 7 out. 2020.

MEISNER, M. **Mao's China and After: A History of the People's Republic**, 3ª Edição, New York, The Free Press, 1999.

METTE, H. et al. Ecological civilization: Interpreting the Chinese past, projecting the global future, **Global Environmental Change**, v. 53, 2018, p. 195-203, <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2018.09.014>.

TIEJUN, W. et al. Ecological civilization, indigenous culture, and rural reconstruction in China. **Monthly Review**, v. 63, n. 9, 2012.

WANG, Z. et al. The Ecological Civilization Debate in China: The Role of Ecological Marxism and Constructive Postmodernism—Beyond the Predicament of Legislation, **Monthly Review**, v. 66, n. 6, 2014.

WILSON, I. Socialism with Chinese characteristics: China and the theory of the initial stage of socialism, **Politics**, v. 24, n.1, p. 77-84, 1989.

XIN, X. Prominent Features of the System of Socialism with Chinese Characteristics and China's Governance System, **International Critical Thought**, v. 10, n. 2, p. 161-181, 2020.

YIN, X.; ZHANG, J. Connotation of Xi Jinping's Thought on Construction of Ecological Civilization in the New Era, **Asian Agricultural Research**, v. 10, n. 7, p. 22-25, 2018.

YUE, P. **Evolution of an Ecological Civilization**, 2006. Disponível em http://www.bjreview.com.cn/expert/txt/2006-12/15/content_50890.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

YUE, P. **Green China and Young China, China Dialogue**, 2007. Disponível em: <https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/1167-Green-China-and-young-China-part-one->. Acesso em: 10 out. 2020.